

Natalidade. Aumentar os subsídios às famílias numerosas, apoiar as grávidas e reforçar em 50% o número de creches são as apostas do Governo para melhorar os baixos índices de Portugal nas políticas de família. Alargamento do horário das creches será o próximo passo

60 mil grávidas vão receber mais de cem euros por mês

Medidas excluem rendimento médio-alto

CARLA AGUIAR

É já a partir de 1 de Setembro que entram em vigor as medidas de apoio à natalidade que, pela primeira vez, subsidiarão as grávidas. Estas passam a receber, a partir do quarto mês de gravidez, um abono pré-natal que, em função do seu rendimento, pode oscilar entre 130 euros (para rendimentos até 198 euros) ou 32 euros mensais (para as famílias no patamar entre 994 euros e 1989 euros) durante os restantes seis meses que antecedem o parto. O ministro do Trabalho e da Solidariedade estimou que 60 mil famílias, ou seja, 60% das mães que anualmente dão à luz cerca de 100 mil bebés, deverão ser beneficiadas, com prestações acima dos cem euros. Mas nove em cada dez crianças nascidas terão direito a mais apoios, ou seja, 90 mil. No total e até ao final do primeiro ano de vida, as novas mães passam a receber entre 581 e 2351 euros.

O abono pré-natal, que é de igual montante àquele que é actualmente pago às crianças com mais de um ano, exclui, no entanto, as mães ou famílias situadas no escalão mais alto de rendimentos, superior a 1989 euros brutos por mês. Ou seja, o incentivo é tanto maior quanto menor for o rendimento. Em declarações ao DN, o ministro refutou a ideia de que estes incentivos deixem de fora a classe média, mesmo que seja conhecido que tradicionalmente as famílias muito pobres são as que mais filhos têm. “Isso é verdade, mas hoje em dia verifica-se apenas nas pessoas que estão nas margens, de outro modo não seriam abrangidas 60 mil famílias”, disse Vieira da Silva. E acrescentou que

“a classe média vai sentir os apoios, sobretudo com a chegada dos segundos e terceiros filhos”.

A mesma lógica de selectividade em função dos rendimentos aplica-se para a outra medida de apoio à natalidade, que duplica o valor do abono a partir do segundo filho e triplica a partir do terceiro, até aos três anos de idade, inclusive. Essa majoração só acontece, no entanto, a partir dos dois anos e até aos três, uma vez que para o primeiro ano já existe uma majoração no abono de família.

De acordo com uma simulação do Ministério do Trabalho, uma família com um rendimento bruto da ordem dos 800 euros poderá receber um abono de 163 euros com dois filhos, que subirá para 217 euros, a partir do terceiro filho, desde que uma das crianças tenha até 12 meses. Se o seu rendimento for da ordem dos 1600 euros, os valores descem para 137 ou 187 euros. Se o rendimento familiar for da ordem dos 2448 euros, então o abono mensal será de 96 euros até ao segundo filho e 139 euros a partir do terceiro.

Esta majoração deverá custar cerca de 41 milhões de euros, enquanto o abono pré-natal tem um custo estimado de 58 milhões de euros. Vieira da Silva disse que, face aos excedentes actuais, não será necessário criar novas fontes de financiamento para suportar estas medidas.

32 mil famílias

vão receber o abono pré-natal no valor de 130 euros mensais. São as mais pobres

58 milhões de euros

é o custo anual estimado para o novo abono pré-natal, que entra em vigor em Setembro

25 mil lugares

em creches foram recentemente aprovados ou estão em fase de aprovação.

TRÊS MEDIDAS PARA APOIAR A NATALIDADE

➔ **Aumento do abono de família no segundo e terceiro ano de vida.** Duplica em famílias com dois filhos e triplica nas famílias com três filhos. A medida tem um custo estimado de 40,8 milhões de euros.

➔ **É criado abono pré-natal, atribuído a grávidas a partir dos quatro meses.** Subsídio deverá abranger 90 mil grávidas, sendo que 60% vão receber mais de cem euros mensais, segundo o ministro.

➔ **Para inverter a fraca cobertura de creches, o Governo vai investir no aumento de 50% da rede de equipamentos para a primeira infância até 2009.** Mais 56 milhões de euros do que em 2004

Vieira da Silva quer contribuir para inverter maus índices de natalidade e apoio do Estado às famílias



Abono pré-natal vai oscilar entre 32 e 132 euros mensais

Patrões a favor, CGTP critica

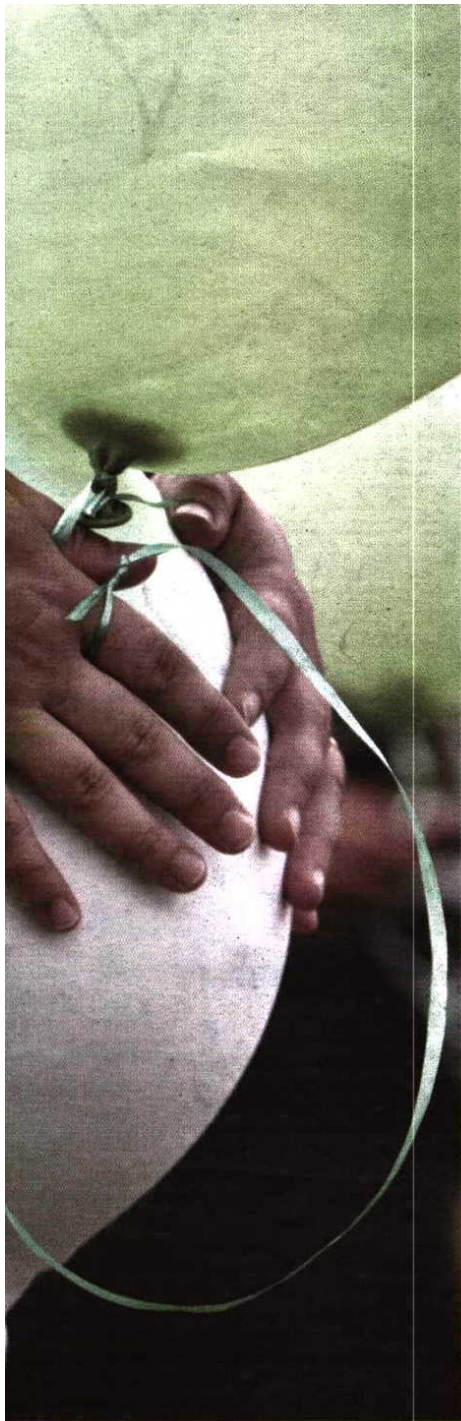
Reacções. A Intersindical frisa que a precariedade laboral é um dos principais problemas

Os patrões mostraram-se ontem genericamente satisfeitos com as medidas de apoio à natalidade anunciadas pelo Governo. É fácil perceber porque: as medidas não acarretam custos adicionais para as empresas nem redução da disponibilidade dos trabalhadores.

Embora ressalvando não conhecer ainda a forma como estas medidas vão ser aplicadas, fonte da Confederação da Indústria Portuguesa disse ao DN que “estas têm um sentido positivo”. A Confederação do Comércio de Portugal também aplaude o pacote de medidas. “O reforço dos apoios de fa-

mília é uma medida socialmente justa, uma vez que as famílias têm cada vez menos rendimento disponível”, disse o vice-presidente, João Vieira Lopes. Quanto ao alargamento da rede pré-escolar, este “é fundamental para o desenvolvimento do País”.

Do lado dos trabalhadores, a avaliação é oposta. Para a CGTP, são medidas “meramente paliativas, que não terão efeitos práticos para o aumento da natalidade”. A Intersindical lembra que “o decréscimo da natalidade é um fenómeno que resulta da congregação de um conjunto de factores muito diversificados”, entre os quais salienta a precariedade laboral, os baixos níveis de rendimentos, a falta de apoio social às famílias mais jovens e a política de habitação. ■ - M. E.



INCENTIVOS NA EUROPA

Políticas de apoio a pais e filhos variam bastante. Nórdicos apostam em apoios mais regulares

ESPAÑA

A diminuição da taxa de natalidade - em queda desde 1976, atingindo o auge em 1996 com uma média de 1,16 filhos por mulher contra os 2,1 necessários para assegurar o equilíbrio demográfico - levou as autoridades políticas espanholas a tomar medidas. Este mês, o Governo anunciou um apoio de 2500 euros para as famílias com um filho, natural ou adoptado, com residência legal em Espanha. Este apoio soma-se a outros já atribuídos pelas comunidades autónomas.



LUXEMBURGO

Este é, sem dúvida, o país europeu com mais políticas de incentivo à natalidade, oferecendo enormes regalias às famílias que apostem em ter mais do que dois filhos. Os apoios financeiros crescem bastante à medida que a família aumenta. Assim, se com apenas um filho os pais recebem um subsídio de 181 euros mensais, com dois filhos o apoio mais do que duplica, chegando aos 429 euros. Uma família com três filhos recebe 780 euros de apoio e, se as crianças forem quatro, o subsídio ultrapassa os 1130 euros.



ALEMANHA

Com incentivos à natalidade, entre subsídios directos e prestações de serviços, o Estado alemão gasta 2% do produto interno bruto. O investimento é o dobro do feito em Espanha e metade do realizado no Luxemburgo. No início do ano, o Governo introduziu um novo e potente instrumento de incentivo à natalidade: um subsídio que vai dos 4200 e pode atingir os 25 mil euros em 14 meses. Além disso, os alemães vão criar 500 mil vagas nas creches e querem estender a licença de paternidade aos dois meses.



LETÓNIA

Neste país, o Estado oferece às famílias 573 euros assim que se dá o nascimento da criança. Depois, a família recebe 43 euros até a criança atingir o 18.º mês. Nos anos seguintes, o montante recebido baixa para os 11,50 euros. Na Lituânia, o prémio de natalidade criado há dois anos ultrapassa os 300 euros por criança. Além deste subsídio dado à nascença, a partir do segundo filho as famílias recebem apoios financeiros mensais que vão diminuindo à medida que os filhos crescem.



DINAMARCA

Nos países do Norte da Europa, os apoios à natalidade são mais generosos. Na Dinamarca não existem prémios, mas subsídios cujos montantes vão variando consoante a idade das crianças. Este ano, os valores oscilam entre os 67 e os 1046 euros, atribuídos até aos 17 anos. Na Suécia, os apoios também não ocorrem na altura do nascimento, mas são mensais, atingindo os 114 euros por criança, até aos 16 anos. Na Noruega, por mês e até aos 18 anos, cada filho tem direito a um subsídio de 122 euros.



Ministro defende flexibilidade de horários também nas empresas



Governo quer creches abertas até mais tarde

Investimento. Comparticipação pública em infantários cresce 56 milhões face a 2004

O ministro do Trabalho e da Solidariedade considera que "as creches têm de ter horários mais alargados do que os actuais". Ontem, Vieira da Silva disse estar empenhado em promover o alargamento do horário de funcionamento dos infantários de modo a facilitar uma maior conciliação entre a vida profissional e familiar, que é um dos objectivos do seu programa do Governo. faz parte dos objectivos estratégicos da Comissão Europeia e foi recentemente alvo de uma conferência internacional, promovida pela presidência portuguesa da União Europeia.

Para reforçar a sua posição, Vieira da Silva apontou o exemplo de uma creche que visitou recentemente em Vila Nova de Cerveira: "Visitei uma creche que estava aberta das sete da manhã até as dez noite e estava cheia", disse para justificar a necessidade que os pais sentem em contar com um serviço mais alargado. A maioria das creches praticam horários até as 18 horas, sendo que algumas, funcionam até às 19 horas, mas cobram uma taxa suplementar.

O Governo pode condicionar essa alteração, tendo em conta que, como disse ao DN o secretário de Estado da Segurança Social, "cerca de 90% da rede de creches são instituições particulares de solidariedade social, com as quais temos protocolos de financiamento". Ou seja, o ministério poderá condicionar o financiamento a este tipo de estabelecimentos à sua política de horários.

Uma oportunidade para tal está no programa PARES, no âmbito do qual Vieira da Silva se propõe aumentar em 50% a oferta de equipamentos para a primeira infância até 2009. O objectivo deverá ser servido por um volume de financiamento público total de 65,5 milhões de euros na construção ou adaptação de equipamentos sociais.

Mas a comparticipação do Estado vai além da construção de equipamentos. No ano passado, a Segurança Social, através de protocolos de cooperação em creches, efectuou uma comparticipação de 221 euros mensais por cada criança, num universo de cerca de 50 mil utentes.

O secretário de Estado da Segurança Social, Pedro Marques, adiantou que estão já aprovadas 136 novas creches, prevendo-se que até ao final do ano sejam aprovadas mais

200 novos estabelecimentos. Existem actualmente 80 mil vagas nos infantários, sendo que este reforço corresponde a mais 25 mil.

Portugal é, no âmbito da União Europeia dos Quinze, o terceiro país com a menor cobertura de creches por criança, passando para o meio da tabela, se a comparação se estender a 25 estados. A meta assumida por Bruxelas é de elevar aquela cobertura a um patamar mínimo desejável de 33% para a primeira infância até 2010, encontrando-se Portugal ainda muito afastado, em redor dos 18%. A situação é mais favorável ao nível do pré-escolar, em que Portugal já se encontra com uma taxa de cobertura de 85%, próximo da meta de 90% definida por Bruxelas. Particularmente desfavorável na comparação europeia é o nível de transferências do Estado no apoio à família em percentagem do PIB.

Outro eixo de apoio à conciliação da vida profissional e familiar diz respeito à legislação laboral. Vieira da Silva afirmou que no âmbito da revisão do Código do Trabalho, em curso - e sempre em negociação com os par-

Incentivos a empresas que apostem na família podem ser reforçados

ceiros sociais - serão estudadas formas de melhorar as licenças parentais. O ministro manifesta-se cauteloso quanto à possibilidade de aumentar o período de licença para as mulheres, por considerar que tal pode ser um pau de dois bicos, na medida em que uma longa ausência do mercado de trabalho pode acabar por prejudicar a carreira profissional das mulheres e constituir-se como um factor de discriminação no mercado de trabalho. Por isso, a possibilidade de esse alargamento ser gozado pelo pai, é uma hipótese que será debatida.

Embora tenha rejeitado a promoção da natalidade através da introdução de novos benefícios fiscais - "porque as famílias mais desfavorecidas já gozam de isenções fiscais ao nível do IRS", Vieira da Silva não fechou a porta a aprofundar os incentivos fiscais às empresas que promovam políticas de apoio à conciliação da vida profissional e familiar. Como, por exemplo, a construção de creches ou horários de trabalho flexíveis. "Já existem alguns incentivos, mas talvez seja possível reforçá-los". ■ - C.A.

MAJORAÇÃO DO ABONO PARA CRIANÇAS ATÉ 3 ANOS

Até 198 euros

A majoração do abono para o primeiro escalão de rendimentos passa a ser de 65 euros para quem tem dois filhos até 3 anos. Agora são 32 euros. A partir do terceiro filho o valor sobe para 97 euros.

Até 397 euros

Agora a família no segundo escalão de rendimentos recebe 27 euros. Vai passar a receber 54 euros a partir do segundo filho e 81 euros a partir do terceiro filho descendente.

Até 596 euros

Com um rendimento *per capita* de 596 euros, o valor actual do abono é de 25 euros. Vai crescer para 43 com a chegada do segundo filho e fixa-se nos 75 euros a partir do terceiro filho.

Até 1989 euros

A majoração para o segundo filho no último escalão de rendimento é agora de 10 euros. Mas passará para 21 euros e para 32 euros a partir do terceiro filho.

Infantários forçados a ter horários mais alargados

O ministro do Trabalho e da Solidariedade considera que “as creches têm de ter horários mais alargados do que os actuais”. Vieira da Silva avançou ao

DN estar empenhado em promover o alargamento do horário de funcionamento dos infantários. Ontem, o ministro apresentou ainda o pacote de

medidas de apoio à natalidade que entra em vigor a 1 de Setembro. Pelas suas contas, cerca de 60 mil famílias devem ser beneficiadas com mais de

100€. Até ao final do primeiro ano de vida dos filhos, as novas mães receberão entre 581 e 2351€.

Actual, págs. 2 e 3